



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001133-09.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Rio de Janeiro Refrescos Ltda.**
 Requerido: **Júlio César Sales**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA., qualificado na inicial, ajuizou ação de Reintegração / Manutenção de Posse em face de Júlio César Sales, também qualificado, alegando ter cedido em comodato ao réu *uma (01) Exibidora Vertical Imb. V, EC GERP030816 PT PARTICULAR e uma (01) Exibidora Vertical Gelopar – Bipartida, EC GERP03183 PT 32961*, negócio denunciado pela notificação de 22 de julho de 2013, que concedeu ao réu o prazo para devolução, não observado, de modo que postula sua reintegração na posse da *res*, e a condenação da requerida em perdas e danos.

A reintegração na posse foi liminarmente deferida à autora e efetivamente cumprida, e o réu, citado, não ofereceu resposta.

É o relatório.

DECIDO.

Como se lê das notificações de fls. 19/20, o réu foi cientificado da intenção da autora em rescindir o comodato, com determinação de restituição do bem em vinte e quatro (24) horas, o que não foi observado, gerando situação de esbulho em prejuízo da posse da autora.

A rescisão do contrato, mediante notificação e concessão do prazo de vinte e quatro (24) horas para restituição do bem, consta expressamente da *cláusula IV.1* dos contratos de fls. 13/14.

Logo, havendo amparo contratual e legal, e tendo a ré permitido a presunção da veracidade dos fatos narrados na inicial, à vista da falta de resposta (*cf. Art. 319, do Código de Processo Civil*), de rigor é o acolhimento da ação para tornar definitiva a reintegração liminar da autora na posse dos bens, já devidamente cumprida conforme mandado de fls. 112/113.

Quanto ao pedido de fixação de aluguel, "*constituído em mora o comodatário para a restituição do imóvel emprestado, fica ele obrigado ao pagamento de aluguel*" (*cf. REsp 1175848/PR – 3ª Turma STJ – 18/09/2012¹*).

As notificações foram recebidas em 22 de julho de 2013 (*vide fls. 22 e 23*), com prazo de vinte e quatro (24) horas para restituição dos bens, de modo que no período que vai de 24 de julho de 2013 até 10 de novembro de 2014, período em que a autora se viu privada da posse dos bens, são devidos aluguéis pelo réu.

Atendo aos valores dos bens (R\$ 2.111,34 e R\$ 3.047,34), parece-nos razoável o arbitramento dos aluguéis no equivalente a 10% (dez por cento) da referida cifra, ou seja, em R\$

¹ www.stj.jus.br/SCON



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

211,13 (duzentos e onze reais e treze centavos) e R\$ 304,73 (trezentos e quatro reais e setenta e três centavos), respectivamente, por mês.

O réu sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência, REINTEGRO a autora RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA. na posse da *Exibidora Vertical Imb. V, EC GERP030816 PT PARTICULAR e da Exibidora Vertical Gelopar – Bipartida, EC GERP03183 PT 32961*, tornando definitiva a liminar que já executou essa providência, CONDENO o requerido Júlio César Sales ao pagamento de aluguéis mensais em favor da autora pela posse da *Exibidora Vertical Imb. V, EC GERP030816 PT PARTICULAR e da Exibidora Vertical Gelopar – Bipartida, EC GERP03183 PT 32961*, no valor de R\$ 515,86 (quinhentos e quinze reais e oitenta e seis centavos), por mês, devidos no período de 24 de julho de 2013 até 10 de novembro de 2014, e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 09 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**